

A. I. Nº - 927183-0/03
AUTUADO - RAIMUNDO DANTAS DAS VIRGENS
AUTUANTE - AFRÂNIO CARVALHO DE ANDRADE
ORIGEM - INFAZ ITABUNA
INTERNET - 23.12.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0514/01-03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO. CONTRIBUINTE OPERANDO COM UMA MÁQUINA DE CALCULAR. MULTA. Infração não provada. O Termo de Auditoria de Caixa, que documentaria o ilícito, foi preenchido de forma incompleta. Quanto à máquina calculadora, o que o contribuinte não pode é utilizar máquina que emita papeleta que possa ser confundida com Cupom Fiscal. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 27/8/03, acusa o sujeito passivo de estar “operando através de uma máquina de calcular”, sem emissão de Nota Fiscal. Foi aplicada multa de R\$ 690,00.

O autuado defendeu-se dizendo que não foi provada a falta de emissão de Nota Fiscal, pois a empresa emite regularmente seus documentos, conforme cópias anexas. Aduz que está fazendo pesquisa de mercado para aquisição de ECF, mas no momento os preços e condições de pagamento estão acima de suas disponibilidades. Reclama que não existe nenhum incentivo por parte do governo para facilitar a compra daquele equipamento, o que seria de grande valia tanto para o contribuinte como para o governo estadual, contribuindo para um aumento na arrecadação do ICMS. Diz que tomará um empréstimo bancário para a compra do citado equipamento. Fala das dificuldades por que está passando a sua empresa, que opera em regime familiar. Pede que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

A auditora designada para prestar a informação observou que a infração não está devidamente provada nos autos, pois o Termo de Auditoria de Caixa foi preenchido de forma incompleta, não contendo as informações necessárias para caracterizar o ilícito fiscal. Considera que a simples utilização de máquina calculadora, por si só, não fere a legislação tributária vigente, a não ser quando utilizada em substituição ao equipamento ECF ou à emissão de Notas Fiscais, o que precisa ser provado através da lavratura correta do Termo de Auditoria de Caixa. Conclui opinando pela improcedência do Auto de Infração.

VOTO

Concordo plenamente com as lúcidas observações feitas pela auditora que prestou a informação fiscal. O Termo de Auditoria de Caixa, que documentaria o ilícito, foi preenchido de forma incompleta. Também entendo que a simples utilização de máquina calculadora, por si só, não fere nenhuma norma legal. Qualquer pessoa tem o direito de utilizar máquina de calcular, a

depende da situação. O que o contribuinte não pode é utilizar máquina que emita papeleta que possa ser confundida com Cupom Fiscal.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **927183-0/03**, lavrado contra **RAIMUNDO DANTAS DAS VIRGENS**.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de dezembro de 2003.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA